

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA  
INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14021.108407/2023-45**

RCS TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede no SAAN Quadra 03, Lote 480, Brasília/DF, CEP: 70.632-300, inscrita no CNPJ sob o nº 08.220.952/0001-22, por seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, interpor oportuno e tempestivo.

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face decisão que declarou como vencedora do certame a empresa **R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 11.162.311/0001-73**, requerendo, inicialmente, a reconsideração da decisão ora recorrida; ou, subsidiariamente, que seja o presente recurso remetido à autoridade competente para julgamento, recebido no efeito suspensivo e, após os trâmites legais, conhecido e provido, na forma e para os fins legais, o que faz de acordo com os fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

**I - DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO DO RECURSO**

1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento do presente recurso, eis que atende a todas as disposições constantes no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 e do item 08 do edital.

2. A Recorrente manifestou, imediata e motivadamente, o seu interesse em recorrer da decisão que declarou a empresa **R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, como vencedora na data de 30/10/2023, razão pela qual vem apresentar neste momento suas razões recursais.

3. Destarte, as razões recursais são indiscutivelmente tempestivas, porquanto apresentadas rigorosamente dentro do prazo legal, qual seja: 3 (três) dias úteis contados da manifestação do interesse em recorrer da decisão, findando-se em 03/11/2023

4. Verificados o cabimento e a tempestividade do presente recurso, requer que seja conhecido e provido, em conformidade com as razões a seguir.

## II - DOS FATOS

5. Trata-se de Licitação Pública nº 19/2023 na modalidade Pregão Eletrônico, promovida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação do serviço continuados de Assistente Administrativo (escritório), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, serem executados no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), em Brasília-DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6. A empresa **R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, ofertou o menor preço, bem como apresentou os documentos referentes à sua habilitação que, no entendimento do Sr. Pregoeiro, atenderam as especificações previstas no ato convocatório, sendo, portanto, declarada vencedora do certame em análise.

7. Ocorre que, em detida análise à documentação apresentada pela empresa **R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, a recorrente detectou sérias irregularidades durante o processo de análise dos documentos apresentados pela referida empresa, as quais põem em dúvida a sua capacidade de cumprir as obrigações do contrato e a legalidade de sua participação no certame.

8. No que tange à planilha de contratos firmados pela empresa RECORRIDA, identificamos diversas incongruências de natureza substancial. Além da presença de contratos já encerrados, valores remanescentes iguais aos valores originais, denotando erros de cálculo ou omissões relevantes, verificou-se contratos de caráter duvidoso. Essas irregularidades desrespeitam os princípios da legalidade, da isonomia e da moralidade, que regem os processos licitatórios, conforme será adiante demonstrado.

### III – DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.

A Desoneração da Folha de Pagamento foi instituída pelo Governo Federal através da Lei 12.546/2011 para que alguns setores da economia substituíssem parte da contribuição previdenciária da folha de pagamento dos funcionários por um percentual sobre a receita bruta.

A implementação da incidência sobre a receita bruta se deu, em termos práticos, por meio da criação de um novo tributo, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), que consiste na aplicação de uma alíquota a depender da atividade, do setor econômico (CNAE) e do produto fabricado (NCM), sobre a receita bruta mensal.

Segundo o manual da Receita Federal sobre a desoneração da folha de pagamento que pode ser encontrado neste link <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/RenunciaFiscal/Desoneracaodafolha.pdf>, a medida abrange os seguintes contribuintes:

“(...)

- (i) *que auferiram receita bruta decorrente do exercício de determinadas atividades elencadas na Lei nº 12.546/2011;*

- (ii) *que auferiram receita bruta decorrente da fabricação de determinados produtos listados por NCM na Lei nº 12.546/2011;*
- (iii) **que estão enquadrados em determinados códigos CNAE previstos na Lei nº 12.546/2011. (Acredita-se ser esse o caso da R7)**

*Os contribuintes que se encontram nas situações (i) e (ii) descritas acima, que auferirem receitas decorrente de outras atividades e/ou de outros produtos não elencados na Lei nº 12.546/2011, deverão continuar a apurar a contribuição previdenciária patronal com base na folha de salários, e realizar o recolhimento proporcionalmente ao montante de sua receita total (§ 1º do art. 9º).”*

Portanto, a declaração de compromissos assumidos apresentada pela Recorrida foi feita para fazer parecer que a sua contribuição sobre a receita bruta **estaria vinculada ao seu enquadramento no CNAE 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica**, ou seja, estaria enquadrada no art. 9º, §9º da Lei nº 12.546/2011. Observe:

LEI 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

*Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:*

*IV – as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, **432**, 433 e 439 da CNAE 2.0;*

*VII – as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0.*

*Art. 9º. Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei:*

*(...)*

**“§ 9º as empresas para as quais a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta estiver vinculada ao seu enquadramento no CNAE**

**deverão considerar apenas o CNAE relativo a sua atividade principal, assim considerada aquela de maior receita auferida ou esperada, não lhes sendo aplicado o disposto no § 1o.**” (grifo nosso)

Isso significa dizer que para que a Recorrida se enquadre neste benefício fiscal, seria necessário que a sua atividade principal, ou seja, aquela de maior receita auferida, estivesse enquadrada no grupo 432, conforme inciso IV, art. 7º da Lei da Desoneração.

No entanto, basta superficial análise da declaração de compromissos assumidos para concluir que a maior receita auferida da recorrida advém de outras atividades que não se enquadram nas atividades desoneradas.

#### **IV - DA IMPOSSIBILIDADE DA RECORRIDA UTILIZAR O BENEFÍCIO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NA PROPOSTA.**

9. Conforme o item 11.1, alínea d, Anexo VII-A da IN nº 05/2017, a declaração de compromissos assumidos deve contemplar os contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada **VIGENTES NA DATA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**. Confira-se:

*“d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c” acima.”*

10. A finalidade desta declaração é analisar os compromissos assumidos pela empresa, que possam comprometer a sua capacidade operacional e prejudicar a execução de um novo contrato. Não faz nenhum que ela liste contratos já executados, tendo sido eles faturados ou não.

Nome do Órgão/Empresa	Nº do Contrato	Objeto Contrato	Vigência Contrato		Meses Remanescentes	Valor total do contrato	Valor remanescente
			Início	Termino			
1 ANUSA	011/2020	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA	03/06/2020	08/06/2024	7	R\$ 1.122.887,68	R\$ 657.924,48
2 ANIT - DF-APQIO	005/2023	APOIO ADMINISTRATIVO	01/03/2023	01/03/2024	10	R\$ 34.218.552,12	R\$ 28.515.460,10
3 BACEN - BA - PREDIAL	50294/2019	MANUTENÇÃO NOS EDIFÍCIOS	01/04/2021	01/04/2024	9	R\$ 1.048.378,76	R\$ 786.284,07
4 BACEN - BA - VRF	50608/2019	MANUTENÇÃO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO	19/06/2019	25/06/2024	7	R\$ 547.604,99	R\$ 319.436,24
5 BANCO CENTRAL DF	50.840/2017	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO	15/01/2023	15/02/2024	12	R\$ 1.226.784,24	R\$ 1.226.784,24
6 B2B	S/N	MANUTENÇÃO PREDIAL	01/01/2022	31/12/2023	12	R\$ 37.000.000,00	R\$ 37.000.000,00
7 BB CARREGADORES	201.874.171.750	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARREGADORES DE CARGA	26/12/2018	25/03/2024	12	R\$ 1.016.183,76	R\$ 1.016.183,76
8 BB MANUTENÇÃO AMAZONAS	202.074.213.207	MANUTENÇÃO PREDIAL	29/05/2020	08/06/2024	8	R\$ 2.229.196,80	R\$ 1.486.131,20
9 CÂMARA DOS DEPUTADOS N°	2018/219.1	MANUTENÇÃO GERADOR	05/11/2018	04/11/2023	12	R\$ 120.683,88	R\$ 120.683,88
10 CADES	004/2020	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27/01/2020	14/02/2024	12	R\$ 806.689,92	R\$ 806.689,92
11 CGL	23/2019	SERVIÇOS DE SECRETARIADO	23/08/2019	01/09/2023	5	R\$ 1.877.681,28	R\$ 1.199.027,40
12 CONDOMÍNIO VIA DET	S/N	MANUTENÇÃO PREDIAL	01/12/2018	01/09/2023	12	R\$ 66.540,00	R\$ 66.540,00
13 CONDOMÍNIO VIA OFF	S/N	MANUTENÇÃO CLIMATIZAÇÃO	01/10/2018	01/09/2023	12	R\$ 23.484,00	R\$ 23.484,00
14 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	21/2017	MANUTENÇÃO GERADOR - TRIMESTRAL	13/12/2017	01/09/2023	12	R\$ 6.378,88	R\$ 6.378,88
15 CONAR	024/2023	MANUTENÇÃO PREDIAL	01/08/2023	01/08/2024	5	R\$ 1.265.000,00	R\$ 527.083,33
16 DEPEN	52/2019	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	02/12/2020	02/12/2023	12	R\$ 442.555,92	R\$ 442.555,92
17 EBC MOTORISTA	103/2021	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	23/01/2020	03/12/2023	12	R\$ 718.633,16	R\$ 718.633,16
18 EBC PREDIAL	13/2018	MANUTENÇÃO PREDIAL	16/02/2021	17/02/2024	11	R\$ 2.120.255,54	R\$ 2.120.255,54
19 FALCON	S/N	MANUTENÇÃO PREDIAL	01/01/2022	31/12/2023	12	R\$ 13.795.600,42	R\$ 13.795.600,42
20 INGE	18/2018	MANUTENÇÃO PREDIAL ETC	01/06/2018	31/12/2023	7	R\$ 1.393.898,64	R\$ 754.774,21
21 IBAMA	008/2020	SERVIÇOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO E BILINGUE	20/04/2021	20/04/2024	9	R\$ 955.402,96	R\$ 716.552,22
22 DEPEN-RN	S/N	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS	11/04/2021	11/04/2024	9	R\$ 1.755.961,71	R\$ 1.316.971,28
23 ICPE	142/2019	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE SISTEMAS DE AGUA POTAVEL	15/01/2019	15/09/2023	12	R\$ 29.640,00	R\$ 29.640,00
24 ICMBR	24/2018	MANUTENÇÃO PREDITIVA TOTAL	20/11/2018	20/11/2023	12	R\$ 1.505.117,12	R\$ 1.505.117,12
25 IFB BRASÍLIA	07/2018	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA APOIO TECNICO	13/12/2018	13/12/2023	12	R\$ 687.204,00	R\$ 687.204,00
26 IFB CEILÂNDIA	04/2018	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	03/12/2018	03/12/2023	12	R\$ 412.341,24	R\$ 412.341,24
27 IFB ESTRUTURAL	01/2018	SERVIÇOS DE APOIO TECNICO E ADMINISTRATIVO	06/12/2018	06/12/2023	12	R\$ 215.361,80	R\$ 215.361,80
28 IFB GAMA	07/2018	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS	30/11/2018	01/12/2023	12	R\$ 381.901,80	R\$ 381.901,80
29 IFB PLANALTIMA	13/2018	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADA	21/11/2018	21/11/2023	12	R\$ 1.602.735,60	R\$ 1.602.735,60
30 IFB RIACHO FUNDO	10/2018	CONTRATAÇÃO DE APOIO TECNICO E ADMINISTRATIVO	03/12/2018	03/12/2023	12	R\$ 257.854,68	R\$ 257.854,68
31 IFB SAMAMBAIA	03/2018	AGENTE DE PORTARIA DIURNO, RECEPCIONISTA E AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL	30/11/2018	01/12/2023	12	R\$ 275.424,00	R\$ 275.424,00
32 IFB SÃO SEBASTIÃO	7/2018	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS	27/12/2018	27/12/2023	12	R\$ 230.377,80	R\$ 230.377,80
33 IFB TAGUATINGA	03/2018	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS	03/12/2018	03/12/2023	12	R\$ 393.193,80	R\$ 393.193,80
34 INEP ADM	011/2019	EXECUÇÃO INDIRETA DE SERVIÇOS DE ASSISTENTE TECNICO ADMINISTRATIVO	07/08/2019	26/08/2023	5	R\$ 10.009.487,44	R\$ 4.170.619,77
35 INEP GARÇOM	14/2019	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - GARÇOM	01/11/2019	01/11/2023	12	R\$ 813.847,24	R\$ 813.847,24
36 IPHAN MOTORISTA	007/2019	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATIVIDADES	02/04/2021	01/04/2024	9	R\$ 120.020,00	R\$ 90.015,00
37 INEP APQIO	005/2023	APOIO ADMINISTRATIVO	01/03/2023	01/03/2024	12	R\$ 10.728.827,40	R\$ 10.728.827,40
38 EBC-RJ	96/2021	MANUTENÇÃO PREDIAL	04/12/2021	04/12/2023	12	R\$ 1.320.255,54	R\$ 1.320.255,54
39 MDH	272/2010	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	20/12/2019	21/01/2024	12	R\$ 11.810.467,08	R\$ 11.810.467,08
40 INEP	30/2019	MANUTENÇÃO PREDIAL	21/12/2019	21/12/2023	12	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00
41 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	44/2019	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	16/12/2019	16/12/2023	12	R\$ 1.323.134,64	R\$ 1.323.134,64
42 MINISTÉRIO DA SAÚDE	37/2019	PRESTAÇÃO DE ENGENHARIA	29/11/2019	01/12/2023	12	R\$ 624.759,72	R\$ 624.759,72
43 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	32/2018	RECEPÇÃO NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES	03/10/2022	03/10/2023	12	R\$ 1.832.517,02	R\$ 1.832.517,02
44 MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	33/2020	MANUTENÇÃO PREDIAL	29/08/2020	05/07/2024	7	R\$ 1.596.176,14	R\$ 931.102,75
45 SERBAE-PE	S/N	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS	23/11/2021	23/11/2024	12	R\$ 2.652.103,38	R\$ 2.652.103,38
46 PFSC	004/2019	MANUTENÇÃO PREDIAL	05/02/2019	29/02/2024	11	R\$ 513.980,00	R\$ 471.148,33
47 FGR CABEAMENTO	42/2018	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS	05/10/2022	04/10/2023	12	R\$ 679.900,92	R\$ 679.900,92
48 SEAGRI	18/2019	PRESTAÇÃO CONTINUADA	17/09/2019	17/09/2023	4	R\$ 1.695.633,12	R\$ 565.211,04
49 SERBAE	30/2019	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PREVENTIVOS E	13/05/2019	16/04/2024	8	R\$ 6.700.000,00	R\$ 4.466.666,67
50 SENADO FEDERAL	80/2019	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27/11/2019	27/11/2023	12	R\$ 1.335.822,48	R\$ 1.335.822,48
51 STM	66/2018	MANUT. PREVENTIVA E CORRETIVA	27/12/2018	28/02/2023	12	R\$ 1.174.993,95	R\$ 1.174.993,95
52 SENADO FEDERAL	0057/2021	MANUTENÇÃO PREDIAL MARCENARIA	21/08/2021	30/06/2024	7	R\$ 2.840.351,07	R\$ 1.715.204,79
53 SUDECO	05/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	23/06/2022	23/06/2024	7	R\$ 1.144.992,96	R\$ 2.417.912,56
54 TCE GOAR	27/2022	MANUT. PREVENTIVA E CORRETIVA	11/08/2022	23/06/2024	5	R\$ 234.762,26	R\$ 97.817,61
55 TCE GO GERADOR	S/N	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR	31/08/2017	31/08/2023	5	R\$ 168.700,00	R\$ 70.291,67
56 TCE GO ELETRICA	S/N	MANUTENÇÃO ELETRICA	20/07/2022	17/07/2024	6	R\$ 353.186,15	R\$ 176.593,08
57 TCU	003/2019	MANUT. PREVENTIVA E CORRETIVA	31/03/2019	31/01/2024	12	R\$ 1.496.888,51	R\$ 1.496.888,51
58 TCU APOIO	006/2020	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	10/03/2020	31/03/2024	10	R\$ 10.078.999,92	R\$ 11.566.666,60
59 QUALIFOCO	S/N	MANUTENÇÃO PREDIAL	01/01/2022	31/12/2023	12	R\$ 32.205.100,00	R\$ 32.205.100,00
60 TIDFT 131	131/2018	MANUT. PREVENTIVA E CORRETIVA	10/08/2018	12/09/2023	4	R\$ 1.170.460,72	R\$ 390.153,57
61 TIDFT 174	174/2018	MANUTENÇÃO BOMBAMENTO PREDIAL	09/11/2018	13/11/2023	12	R\$ 674.826,72	R\$ 674.826,72
62 PR-DF	08/2023	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE NOBRESAUS	31/07/2023	31/07/2024	6	R\$ 95.449,80	R\$ 47.724,90
63 TRF	16/2018	MANUT. PREVENTIVA E CORRETIVA	16/03/2018	01/04/2024	10	R\$ 830.531,60	R\$ 675.443,00
64 TRF PREDIAL	0013/2020	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	21/02/2020	10/03/2024	11	R\$ 4.912.745,51	R\$ 4.503.350,05
65 TSE 29	29/2019	SERVIÇOS DE ASCENSORISTA	25/09/2019	25/10/2023	4	R\$ 244.762,20	R\$ 81.587,40
66 TSE 03	003/2020	SERVIÇOS DE CARREGAMENTO	29/03/2020	31/01/2024	7	R\$ 1.157.012,52	R\$ 674.923,97
67 TST	008/2020	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30/06/2020	28/07/2024	7	R\$ 4.126.049,19	R\$ 3.639.445,48
68 CJM	221/2016	MANUTENÇÃO PREDIAL	03/10/2022	02/10/2023	10	R\$ 326.613,96	R\$ 272.178,30
69 IGESEF	167/2022	MANUTENÇÃO NOBRESAUS/GERADOR	29/09/2022	29/09/2024	4	R\$ 634.999,00	R\$ 211.666,33
70 CÂMARA DOS DEPUTADOS N° 415.380/2019	2020/137	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS	01/09/2020	31/08/2023	4	R\$ 2.325.325,52	R\$ 775.108,51
71 GR 5 EMPREENDIMENTO	04/2022	MANUTENÇÃO E REFORMA	18/12/2022	16/12/2025	12	R\$ 26.812.963,36	R\$ 26.812.963,36
72 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	005/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	26/08/2022	25/02/2025	5	R\$ 333.918,72	R\$ 139.132,80
73 MIN DEFESA	14/0022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	26/08/2022	23/02/2025	5	R\$ 498.131,40	R\$ 207.554,75
74 BACEN	50547/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	02/10/2022	02/04/2024	3	R\$ 6.084.084,00	R\$ 1.521.020,25
75 CAPE	35/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15/12/2022	14/11/2023	12	R\$ 1.480.010,44	R\$ 1.480.010,44
76 MINERA	18/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	03/10/2022	03/10/2023	12	R\$ 1.832.517,02	R\$ 1.832.517,02
77 MDH	13/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	03/10/2022	30/09/2024	12	R\$ 2.324.010,60	R\$ 2.324.010,60
78 SENADO FEDERAL	03/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	13/01/2022	12/01/2024	12	R\$ 13.681.812,00	R\$ 13.681.812,00
79 MIN TRABALHO	52/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	18/08/2022	21/06/2023	5	R\$ 558.531,20	R\$ 231.888,00
80 JUSTICA FEDERAL	20/2022	MANUTENÇÃO PREDIAL	03/07/2022	01/07/2024	6	R\$ 3.477.018,12	R\$ 1.738.509,06
81 IMPRENSA NACIONAL	06/2022	MANUTENÇÃO PREDIAL	23/06/2022	23/06/2024	7	R\$ 2.922.913,01	R\$ 1.709.032,59
82 MRE	21/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27/12/2022	27/04/2024	12	R\$ 2.335.016,52	R\$ 2.335.016,52
83 ANTI - DF	01/2023	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	01/02/2023	01/02/2024	11	R\$ 2.994.864,96	R\$ 2.745.292,88
84 SINUPPEL	13/2023	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	09/03/2023	09/03/2024	10	R\$ 1.978.858,64	R\$ 1.649.892,70
85 DINT CT ADM	4141415/2023	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	01/08/2023	01/04/2025	5	R\$ 31.926.436,08	R\$ 13.302.681,70
86 INCRA	140/2023	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	16/02/2023	16/02/2024	11	R\$ 11.889.999,96	R\$ 10.899.166,61
Valor Total dos Contratos						R\$	R\$ 290.784.007,24

11. Contudo, verifica-se na declaração da R7 a presença de contratos com data de término anterior à data da própria licitação. Confira-se:

12. Há contratos encerrados antes da data do certame, os quais não deveriam estar constando na planilha de contratos firmados.

13. Outra incoerência observada, refere-se aos meses remanescentes indicados na planilha, os quais estão em discordância com as datas de término dos contratos. Tal divergência é alarmante e levanta questionamentos sobre a correta mensuração do prazo efetivo de vigência dos contratos, podendo comprometer a exatidão das informações apresentadas.

14. Além disso, verificamos a presença de contratos com valor remanescente idêntico ao valor original do contrato, totalmente contrário ao que diz a norma supracitada, o que suscita dúvidas quanto à precisão dos cálculos ou à exatidão das informações prestadas. Essa inconsistência compromete a clareza e a precisão das informações relativas aos contratos firmados, fazendo parecer que o maior faturamento da empresa vem da atividade desonerada.

15. É visível uma omissão proposital para atender aos requisitos de qualificação econômico-financeira.

16. Como parte da diligência necessária ao processo licitatório, a empresa proponente do presente recurso promoveu uma análise preliminar dos contratos informados na declaração, o qual possuem caráter duvidoso, sendo eles: G&G EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS, FALCON, B2B e QUALIFOCO.

17. Há indícios de irregularidades e potenciais conflitos de interesse suscita a imprescindibilidade de uma investigação minuciosa a fim de aferir a legalidade e a regularidade dos referidos contratos. Tal procedimento se coaduna com a proteção dos princípios basilares da licitação, elencados na legislação pertinente.

18. Fomos no local onde estão localizadas tais empresas, conforme identificação do Cartão CNPJ, e identificamos disparidades significativas entre os valores declarados e o capital efetivo das empresas, o que sugere a possibilidade de informações falsas. Segue abaixo a localização das empresas mencionadas:

- Empresa B2B - CNPJ Nº 29.531.341/0001-75, CAPITAL SOCIAL R\$ 1.400.000,00 – LOCALIZADA: SIBS QUADRA 01 CONJUNTO B LOTE 12. Conforme mencionado na planilha de contratos firmados, a R7 possui um

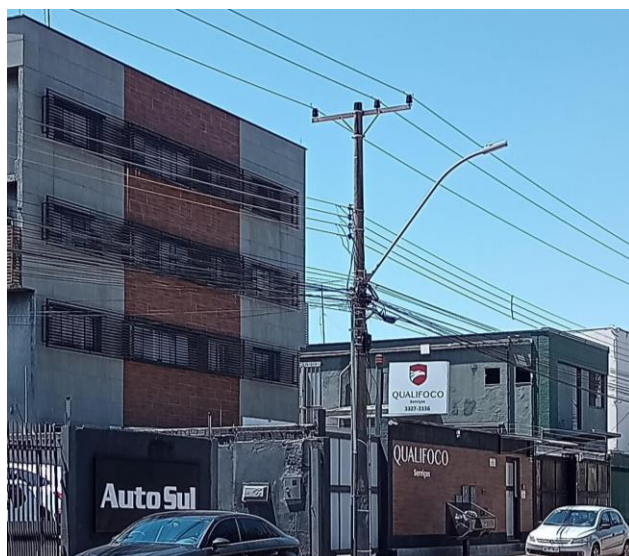


contrato de R\$ 37.000.000,00 com esta empresa para a realização de Manutenção predial.

- Empresa FALCON - CNPJ 33.806.474/0001-84, CAPITAL SOCIAL R\$ 100.000,00 - MESAMA LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA B2B - SIBS QUADRA 01 CONJUNTO B LOTE 12 SUBSOLO SALA 01. Conforme planilha de contratos firmados a R7 possui um contrato de R\$ 13.795.600,42, com esta empresa para a realização de Manutenção predial.



- Empresa QUALIFOCO – CNPJ Nº 21.982.584/0001-18, CAPITAL SOCIAL R\$ 1.200.000,00 – LOZALIZADA: SAAN QUADRA 02 LOTE 575/585. Conforme mencionado na planilha de contratos firmados, a R7 possui um contrato de R\$ 32.205.100,00 com esta empresa para a realização de Manutenção predial.





- Empresa G&G EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS – CNPJ Nº 26.061.120/0001-92, CAPITAL SOCIAL R\$ 1.600.000,00 – LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA SRTVS QUADRA 701 BLOCO O SALA 103, entretanto, é um endereço falso, pois, foi averiguado que não existe esta empresa nessa localização, e sim, outra empresa chamada SIELLO. Conforme mencionado na planilha de contratos firmados, a R7 possui um contrato de R\$ 26.812.963,36 com esta empresa para a realização de Manutenção predial.



19. A localização das empresas mencionadas nos contratos revela disparidades flagrantes entre os **valores declarados** e o **capital efetivo das empresas envolvidas**, o que suscita a forte suspeita de falsificação de informações. Não se pode admitir uma declaração de contratos firmados com tamanhas inconsistências e fraude documental!

20. Considerando a magnitude dessas irregularidades e o impacto potencialmente prejudicial para o processo licitatório e para o interesse público, é imperativo que uma investigação mais aprofundada seja realizada para elucidar

completamente os aspectos duvidosos desses contratos, resguardando assim a integridade do procedimento licitatório.

21. Imperioso ressaltar, ainda, os crimes constantes na Lei nº 14.133/2021, senão vejamos:

*Art. 337 -F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório: Pena – reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.*

22. No mesmo sentido, o item 09 do Edital prevê que:

**“9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.**

*9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;*

*9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:*

*9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;*

*9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;*

*9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.*

*9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 22 (vinte e dois) dias úteis, a contar da comunicação oficial. 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado. 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.”*

23. Concomitantemente, verificou-se que a empresa R7, apesar de afirmar se beneficiar da desoneração tributária, não preenche os requisitos legais e regulamentares necessários para tal benefício, o qual, vem sendo utilizado para vencer licitações sem poder, de forma indevida, ilegal e arbitrária!

24. Com isso, vale-se de hipotética “vantagem competitiva” para vencer o certame por meios indevidos, ilegais.

25. Esse entendimento é ratificado pela IN 05/2017 de 26 de maio de 2017, que aduz que serão desclassificadas as propostas que estão em desacordo com o anexo VII-D, no Submódulo 2.2, pois há determinação expressa e imutável dos percentuais que devem ser considerados como encargos sociais.

26. Destarte, não há dúvidas que a planilha de formação de preços vai de encontro com a legislação pátria ao aplicar a desoneração de folha para uma atividade secundária que não faz jus a desoneração, portanto, se trata de PROPOSTA ILEGAL EIVADA DE VÍCIO cuja DESCLASSIFICAÇÃO é a medida que se impõe.

27. O percentual de 4,5% por ela utilizado nas planilhas de preço apresentadas no certame não é passível de utilização! Significa dizer, portanto, que no caso em espécie a Licitante **NÃO PODERÁ SE UTILIZAR** do benefício da desoneração, de modo que sua planilha de custos deve apresentar-se com a contribuição previdenciária com base na folha de pagamento e não na Receita Bruta, **MAJORANDO INEQUIVOCAMENTE O PREÇO APRESENTADO**. A RECORRIDA, desse modo, e por tais fundamentos, deve ser afastada imediatamente do certame.

### III - DO PEDIDO

28. Assim, serve o presente como tentativa administrativa de se modificar a decisão proferida pela Comissão de Licitação que declarou a **R7** vencedora deste pregão, haja vista que a Recorrida utilizou indevidamente o benefício da desoneração instituído pela **Lei nº 12.546/2011** nas licitações, **O QUE CONFIGURA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA E COMPORTAMENTO INIDÔNEO** e pela **OMISSÃO NA DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS**.

29. E que se proceda uma apuração criteriosa dos contratos questionáveis apresentados pela empresa R7 para apurar a veracidade dos contratos firmados e a conformidade dos valores declarados com a realidade das empresas mencionadas. Essa medida é essencial para assegurar a transparência, a legalidade e a lisura do processo, promovendo a justiça e a imparcialidade que devem nortear os atos administrativos.

30. Caso isso não ocorra não haverá outro meio senão encaminhar o caso para o Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal e Receita Federal.

31. Diante do exposto, requer a RCS TECNOLOGIA LTDA. o conhecimento do presente Recurso Administrativo para reformar a decisão administrativa que declarou vencedora a **R7 FACILITIES** em atendimento aos princípios norteadores do certame licitatório, em especial aos princípios da legalidade e do interesse público.

32. *Ad argumentandum tantum*, caso seja julgado improcedente este recurso, roga que o Nobre Pregoeiro se digne submeter este instrumento à análise da Autoridade Superior.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 03 de novembro de 2023.

  
RCS TECNOLOGIA LTDA  
RODRIGO DA COSTA SILVA  
SÓCIO DIRETOR / ENGENHEIRO CIVIL  
CREA 16327/D-DF  
RG 1.844.668 SSP/DF  
CPF: 871.384.251-04

  
**Janine Santana Dourado**  
Coordenadora Jurídica  
RCS Tecnologia Ltda.